

1. De acordo com a Constituição Federal,

a. a União poderá instituir, mediante lei ordinária, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

b. a União poderá instituir, mediante lei ordinária, impostos não compreendidos em sua competência tributária, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.

c. a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição de melhoria, decorrente de obra pública, ainda que não haja valorização imobiliária dela decorrente.

d. a União poderá instituir empréstimos compulsórios, mediante medida provisória, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

e. os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

2. A competência tributária dos municípios para instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza é exemplo típico de competência:

- a. comum.
- b. residual.
- c. privativa.**
- d. concorrente.
- e. extraordinária.

3. A CF, ao disciplinar as competências tributárias das unidades da Federação, criou a competência residual. A respeito da competência tributária residual, assinale a opção correta.

a. A competência tributária residual é aquela que possibilita aos estados instituírem tributos já criados na esfera federal.

b. Esse tipo de competência rege a criação de tributos pela União na iminência de guerra externa.

c. A competência tributária residual tem origem no fato de ser possível a todas as unidades da Federação criar taxas.

d. A criação de novos tributos não previstos na CF depende de aprovação de lei complementar Federal.

e. A competência tributária residual é exclusiva da União, que pode criar tributos cumulativos.

4. Assinale a opção que apresenta elemento estranho ao conceito legal de tributo.

a. Prestação compulsória.

b. Prestação pecuniária.

c. Prestação com natureza de sanção.

d. Prestação cobrada mediante atividade administrativa vinculada.

e. Prestação instituída em lei.

5. Conforme previsto no Código Tributário Nacional, TRIBUTO é:

a. toda prestação pecuniária, compulsória ou voluntária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

b. toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada, e discricionária quando a lei tributária expressamente autorizar.

c. a prestação econômica compulsória, em moeda ou bens, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

d. a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada, e discricionária quando a lei tributária expressamente autorizar.

e. a prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

6. De acordo com a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, os tributos são constituídos por impostos:

a. multas e encargos sociais.

b. taxas e multas.

c. contribuições de melhorias e taxas.

d. contribuições de melhorias e multas.

e. taxas e encargos sociais.

7. Um contribuinte deixou de emitir o documento fiscal referente a uma prestação de serviço tributada pelo ISS, tributo de competência municipal, e, como consequência, foi-lhe aplicada penalidade pecuniária pelo descumprimento dessa obrigação acessória (art. 230, inciso V, alínea "a" do Decreto Municipal 52.703/11). Essa penalidade pecuniária:

a. é imposto, pois está prevista na legislação do ISS.

b. não é imposto, mas é tributo, em sentido amplo, pois tem natureza compulsória.

c. é tributo, porque é cobrado por meio de atividade vinculada, conforme estabelece o Código Tributário Nacional.

d. não é tributo, pois sanção pelo cometimento de ato ilícito não pode ser definida como tributo.

e. é taxa, pois tem a finalidade de ressarcir o erário pelo dano causado pelo descumprimento de uma obrigação acessória.

8. Considere as seguintes afirmativas:

I. A competência tributária pode ser deslocada para outro ente diante da inércia na instituição do tributo pelo ente político originalmente competente.

II. A competência se distingue da capacidade tributária ativa porque esta está relacionada à instituição do tributo e aquela à cobrança do tributo.

III. A competência tributária é fixada pela Constituição da República.

IV. A imunidade tributária significa ausência de competência do ente para instituir tributo na situação definida pela norma constitucional imunizante.

11. Acerca de competência tributária, conceito e classificação dos tributos, bem como de tributos em espécie, julgue o item a seguir.

Os tributos indiretos são aqueles cuja configuração jurídica permite a transferência de seu encargo financeiro para pessoa diferente daquela definida em lei como sujeito passivo. Por sua vez, tributos diretos não permitem tal transferência, já que a pessoa definida em lei como sujeito passivo é a mesma que sofre o impacto financeiro.

a. Verdadeiro

b. Falso

12. Acerca do sistema tributário nacional, julgue os itens seguintes.

O Código Tributário Nacional admite que a prestação tributária ocorra nas formas in natura ou in labore.

a. Verdadeiro

b. Falso

V. A competência tributária pode ser delegada por lei a outro ente político, hipótese em que se torna também o titular da capacidade tributária ativa.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a. III e IV.

b. I, II e III.

c. III, IV e V.

d. I e II.

e. IV e V.

9. Em relação ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens subsequentes.

Somente a União pode instituir contribuição de intervenção no domínio econômico.

a. Verdadeiro

b. Falso

10. A definição de tributo depende da destinação legal do produto de sua arrecadação.

a. Verdadeiro

b. Falso